

# Artigos

## De “cidadão” a “sem-abrigo”. O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo

João Aldeia\*

### Resumo

O fenómeno dos sem-abrigo é explicável por processos de reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais, levando a uma redução da protecção e do reconhecimento que estes, teoricamente, garantem aos indivíduos. A reconfiguração do laço de cidadania é fundamental para compreendermos este fenómeno devido à reconversão do estatuto político dos sujeitos, que, vivendo na rua, são reconvertidos de «cidadãos» em «sem-abrigo», levando a que lhes sejam negados direitos de cidadania. O texto olha para esta questão através da experiência de vida na rua de um indivíduo sem-abrigo, interpretada como exemplar do fenómeno.

### Palavras-chave:

Fenómeno dos sem-abrigo. Laço social de cidadania. Reconhecimento.

### Abstract

Homelessness is explainable through a series of processes of reconfiguration of different types of social ties, which leads to a reduction of both the protection and recognition that they, theoretically, guaranteed to individuals. The reconfiguration of the citizenship tie is fundamental for the understanding of homelessness because of the conversion of the political status of subjects, who, living on the street, are converted from «citizens» into «homeless», leading to a negation of citizenship rights. This text looks at this issue through the experience of life on the street of a homeless individual, which is interpreted as an exemplar of homelessness.

### Keywords

Homelessness. Social tie of citizenship. Recognition.

---

\* Doutorando pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com o acolhimento do Centro de Estudos Sociais da mesma universidade e financiado com uma bolsa individual de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: [alvesaldeia@gmail.com](mailto:alvesaldeia@gmail.com).

## Introdução

A presença de indivíduos a viverem na rua é uma visão habitual nas grandes cidades do mundo. Também em cidades mais pequenas, como aquela em que se realizou este estudo, parece estar a tornar-se normal esta imagem. Aquilo que designamos hoje como o fenómeno dos sem-abrigo tem uma história longa nas sociedades ocidentais modernas. Desde o início da modernidade capitalista, o problema constituído pela existência de pessoas a viverem na rua esteve presente no imaginário colectivo e suscitou respostas políticas diversas (CASTEL, 1996; VEXLIARD, 1997; CASTEL, 2009). O fenómeno, contudo, nunca suscitou o interesse que outros fenómenos despertaram nos autores canónicos das diferentes áreas dos estudos sociais. Temos de chegar ao século XX para encontrarmos as primeiras obras de referência sobre o tema. O sociólogo da Escola de Chicago, Nels Anderson (ANDERSON, 1965; ANDERSON; RAUTY, 1998), terá sido, talvez, o primeiro a interessar-se academicamente pelo tema. Precisamos de esperar algumas décadas antes de Alexandre Vexliard (1997)<sup>1</sup> se interessar pelo problema, desta feita, em França. Porém, encontramos várias obras na literatura dita «não-científica» dedicadas ao tema de quem vive na rua. Neste campo, há de se destacar os trabalhos de Jack London (2002) e de George Orwell (2003). A teoria sociológica pode não ser por eles mobilizada, mas os seus trabalhos não deixam de ser sociológicos, revelando grande capacidade de descrição e análise das realidades que viveram em Londres e em Paris. Talvez mais até do que para Anderson e Vexliard, seja para London e Orwell que devemos olhar em busca de informação sobre o tema, na primeira metade do século passado.

Porém, reconhecermos o valor desses contributos não nos pode cegar para a enorme variação sócio-histórica do fenómeno dos sem-abrigo. Ou, dito de forma mais acertada, se sempre existiram pessoas a viver na rua desde o início da modernidade capitalista ocidental, o fenómeno reconfigurou-se ininterruptamente até aos nossos dias – num entrelaçado de processos que continua hoje a sentir-se e que levará o fenómeno a assumir no futuro uma forma diferente da que conhece no presente. Falar no «fenómeno dos sem-abrigo» só faz sentido **hoje**. Só há indivíduos «sem-abrigo» desde as últimas décadas do século XX. Antes disso, havia pobreza,

---

<sup>1</sup> Sobre a obra de Vexliard, cf. Mucchielli (1998).

dramática em muitos casos, havia vulnerabilidade, havia vagabundagem; em suma, existia uma série de fenómenos que antecedem e influenciam o que designamos actualmente como o «fenómeno dos sem-abrigo», mas que tinham formas específicas, em espaços-tempo particulares, e que divergiam em aspectos fundamentais da forma que o fenómeno toma hoje em dia.

Ao falarmos do fenómeno dos sem-abrigo, é necessário um enquadramento histórico recente. As décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial marcaram, nos países da Europa Ocidental – ainda que de formas diversas consoante o país concreto de que falamos –, um aumento das protecções sociais estatais e do bem-estar geral que, entendido no longo tempo da modernidade capitalista, foi atípico. Situações de pobreza variadas permaneceram, mas, durante quase 30 anos, esta passou a ser vista de um modo diferente do que vigorara até então. Falava-se, sobretudo, em termos de pobreza relativa e não tanto de pobreza absoluta; parecia-nos – a nós, cidadãos do Ocidente Norte capitalista – que os efeitos mais nefastos das situações de pobreza podiam ser controlados; no limite, acreditava-se que estes poderiam mesmo desaparecer com o «progresso» que estas sociedades conheciam. A pobreza era real, mas o Estado Social garantia a todos os seus cidadãos um lugar concreto e identificável na estrutura social e a todos prestava um nível de apoio que amortecia os efeitos mais drásticos das situações de pobreza. Sobretudo, falávamos de um tipo de «pobreza integrada» (PAUGAM, 1991, 2003; CASTEL, 2009; GOWAN, 2010; PAUGAM, 2010).

Porém, chegados à década de 1970, as ilusões de um bem-estar garantido e crescente começam a desfazer-se. A pobreza não regressa, dado que nunca desapareceu, mas se reconfigura novamente. Situações de pobreza, precariedade e vulnerabilidade extremas começam a ser inegáveis no seio dessas sociedades e assim permanecem nos nossos dias. A fome ou a falta de habitação, para referir apenas duas das formas mais drásticas e dramáticas que a pobreza assume, tornam-se numa presença nesses países, apesar de um grau mínimo de protecção social que os Estados nacionais ainda procuram assegurar (CASTEL, 2009).

Viver na rua apresenta-se como uma das mais extremas manifestações dessa pobreza, vulnerabilidade e precariedade crescentes. Desde as últimas décadas do século XX, o fenómeno dos sem-abrigo ganha uma visibilidade pública que o tema das pessoas a viverem na rua tinha perdido durante as décadas das fortes protecções sociais estatais. Renova-se o interesse no tema nos *media*, na academia, no sistema político, no imaginário colectivo em geral (BROUSSE; FIRDION; MARPSAT, 2008; DAMON, 2008; GOWAN,

2010). Iniciando-se nos Estados Unidos da América, essa nova visibilidade do fenómeno estende-se progressivamente aos outros Estados ocidentais.

O fenómeno dos sem-abrigo é um problema de pobreza. Todavia, temos de entender a pobreza num sentido lato de a observar como algo que ultrapassa a dimensão económica e corresponde a toda uma escassez multidimensional de recursos. Nesta medida, o fenómeno dos sem-abrigo pode ser interpretado como algo que é gerado por processos de reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais. São ligações ao mundo do trabalho que se fragilizam e se perdem, mas é também uma questão de redução das possibilidades de acesso aos direitos de cidadania que, *in extremis*, se traduz em exclusão política. E, de modo complementar, trata-se igualmente de uma redução da protecção e do reconhecimento que derivam dos laços com a família, os amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho. Tudo isto está para além das dificuldades económicas dos sujeitos, ainda que as inclua. São dificuldades constituídas em vulnerabilidade e precariedade crescentes que dirigem e mantêm certos indivíduos a viver na rua.

Os laços sociais são fundamentais para os sujeitos em duas dimensões sobrepostas: a protecção e o reconhecimento. Como afirma Paugam,

os laços são múltiplos e de natureza diferente, mas eles fornecem todos aos indivíduos simultaneamente a protecção e o reconhecimento necessários à sua existência social. A protecção remete para o conjunto de suportes que o indivíduo pode mobilizar face aos acasos da vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais...), o reconhecimento remete para a interacção social que estimula o indivíduo fornecendo-lhe a prova da sua existência e da sua valorização aos olhos do outro e dos outros. A expressão «contar com» [*«compter sur»*] resume bastante bem o que o indivíduo pode esperar da sua relação com os outros e com as instituições em termos de protecção, enquanto que a expressão «contar para» [*«compter pour»*] exprime a esperança, igualmente vital, de reconhecimento (2010, p. 63).

Os processos de reconfiguração de diferentes tipos de laços sociais são igualmente relevantes para a compreensão do fenómeno dos sem-abrigo. A reconfiguração da cidadania – a ligação entre os membros de uma mesma comunidade política, que lhes garante protecção jurídica (direitos civis, políticos e sociais) graças ao princípio de igualdade perante a lei, e que acarreta um reconhecimento dos sujeitos enquanto cidadãos, enquanto indivíduos soberanos, capazes de agir no seio de um corpo político

reivindicando direitos e cumprindo deveres (PAUGAM, 2010, p.75-76) – não é mais importante para entender este fenómeno do que aquilo que ocorre ao nível de laços de outros tipos. Contudo, é suficientemente significativa para merecer tratamento isolado.

Neste texto, analiso os processos de reconfiguração do laço de cidadania no fenómeno em discussão através da experiência de vida na rua de Rui, um indivíduo sem-abrigo.<sup>2</sup> Olhando para um único caso, esse procedimento metodológico não nos permite induzir dados da microrrealidade estudada para a macrorrealidade em que o fenómeno existe. Contudo, a experiência de vida na rua de Rui é aqui usada como caso exemplar no fenómeno dos sem-abrigo. Como afirma Machado Pais, “ao estudar-se um caso, o objectivo não é de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso não pode nunca representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se reflectir” (2003: 109). Portanto, a experiência de Rui na rua não deve ser interpretada com algo inteiramente idiossincrático: ela apresenta semelhanças com acontecimentos vividos por outros indivíduos sem-abrigo, e essas parecências não devem ser subvalorizadas.

A entrada e a permanência na situação de «sem-abrigo» reconfiguram o laço de cidadania, reduzindo a protecção e o reconhecimento que este teoricamente garante. No plano oficial, a cidadania reduz-se à ligação aos serviços assistencialistas e à contratualização do RSI<sup>3</sup>. Ser «sem-abrigo» é estar numa situação de exclusão política. Pelo menos, é ver criadas condições do lado do Estado para que essa exclusão ocorra. Só a capacidade de acção individual permite a Rui sair parcialmente dessa exclusão e reivindicar uma ligação política mais forte e estável. A sua acção em dois laços institucionais é fundamental neste aspecto. Junto dos serviços do sector assistencialista, Rui acede à dimensão formal da cidadania como «sem-abrigo», mas reclama também mais protecção (para sair da rua) e reconhecimento (através de outro elemento de identificação que não o facto de viver na rua). Do lado do

---

<sup>2</sup> Todos os nomes de pessoas e locais presentes no texto foram alterados.

<sup>3</sup> O Rendimento Social de Inserção (RSI) foi instituído em Portugal em 2003, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido, que vigorou desde 1996. Oficialmente, trata-se de uma prestação social estatal que procura garantir um rendimento mensal a sujeitos que não possuem outros rendimentos, visando combater situações de pobreza, mediante a assinatura de um contrato de inserção individual. Em 2014, tem um valor máximo de 178,15€ mensais, o que corresponde a cerca de 36,7% do salário mínimo nacional (485€ mensais).

laço com a biblioteca que frequenta habitualmente, trata-se, sobretudo, de uma reivindicação constante de reconhecimento; de uma batalha contínua para ser percebido como cidadão e ser humano e não como «sem-abrigo».

## Os serviços de assistência

Vivendo na rua, os laços desenvolvidos com as instituições assistencialistas estão bem presentes na vida de Rui. Esses laços configuram um tipo particular de cidadania, construída na mais extrema privação. A relação que Rui estabelece com as instituições assistencialistas reforça a sua localização na pobreza da vida na rua. Os fluxos paliativos de carácter de urgência permitem-lhe somente obter um mínimo essencial de comida para sobreviver quotidianamente.<sup>4</sup> O RSI contratualiza a relação com a assistência sem, todavia, permitir uma saída da rua, e pouco apoio estatal existe para além dele.

Essa constatação não reduz a relevância desses laços na vida de Rui: eles são importantes precisamente por funcionarem como funcionam. A noção de “vulnerabilidade *depois das protecções*” [*d’après les protections*] (CASTEL, 2009, p. 747), permite-nos ler esta situação: a pobreza extrema perdura apesar de um grau mínimo de transferências estatais, insuficiente para que Rui ganhe segurança e, em parte, é precisamente essa forma de ajuda estatal que cria condições para que Rui permaneça na rua. A relação com a assistência revela-se importante para a sobrevivência diária na rua, mas dificulta o desenvolvimento de estratégias de saída.

No caso de Rui, essa dificuldade em estabelecer um plano de saída da rua através do contacto com a assistência é, em grande parte, derivada da postura crítica e reivindicativa por si demonstrada. Em vários casos, esta é mal recebida pelos profissionais das instituições assistencialistas, levando

---

<sup>4</sup>Thelen (2006), comparando Portugal, Bélgica e França, afirma que no nosso país os serviços assistencialistas se encontram reduzidos à mais básica das emergências no tocante ao apoio disponibilizado a quem vive na rua. Segundo o autor, os outros países estudados conseguem fornecer um grau de ajuda que se encontra para além das necessidades de sobrevivência diárias mais básicas. É certo que o trabalho de Thelen é realizado antes da redacção da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo (INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, 2009), mas é razoável afirmarmos que a assistência portuguesa continua a funcionar em carácter de urgência. Assim sendo, mesmo que o seu apoio seja útil para a sobrevivência quotidiana de quem vive na rua, torna-se difícil para os indivíduos sem-abrigo desenvolverem planos de regresso à sociedade domiciliada através da relação com a assistência.

a que Rui sinta que está “marcado” por eles devido a uma sucessão de acontecimentos conflituais. Esses conflitos ocorreram com vários serviços assistencialistas, das equipas de rua (que, nos seus giros nocturnos, levam aos indivíduos sem-abrigo alguns bens essenciais, entre os quais comida) às instituições que fornecem refeições a baixo custo a pessoas pobres, passando pelos locais em que é possível a quem vive na rua realizar a sua higiene pessoal. Em vários momentos do contacto com essas instituições, Rui sentiu que era tratado de modo injusto pelo simples facto de viver na rua, considerando que a estigmatização e desumanização decorrentes do rótulo de «sem-abrigo» penetram a assistência. Parece verificar-se nessa relação de Rui com a assistência a negação de reconhecimento que Sennett (2004) afirma estar a tornar-se habitual nas nossas sociedades, em particular no que aos indivíduos desprovidos de poder diz respeito. Segundo o autor, “a sociedade moderna carece de expressões positivas de respeito e de reconhecimento para com os outros” (*id., ibid.*: xv), o que se reflecte nomeadamente na forma como os «assistidos» são representados e tratados, tanto no plano informal como formal. No caso de quem vive na rua, essa negação de respeito traduz-se na produção dos indivíduos sem-abrigo como «menos que», revelando uma enorme e sempre presente injustiça de reconhecimento (*id., ibid.*). O facto de Rui contestar esse tratamento quando o sente aumentou o conflito. Rui considera que a assistência prefere lidar com indivíduos sem-abrigo que se comportem de forma submissa e aceitem sem protestar o pouco que recebem. Quando algum indivíduo sem-abrigo reivindica um melhor tratamento, os profissionais da assistência reagem mal, rotulando-o como «mau pobre imerecedor». Através dessa construção representacional, a possibilidade de fluxos de ajuda adicionais é reservada aos indivíduos sem-abrigo encarados como «bons pobres merecedores». Os poucos quartos de renda baixa disponíveis para quem vive na rua ficam reduzidos a um benefício decorrente de um comportamento considerado correcto por quem vive na rua: o respeito pelo que foi contratualizado através do RSI, a aceitação incondicional das condições do recebimento da pouca ajuda disponível, e, sobretudo, a total ausência de qualquer forma de contestação social e do modo de funcionamento dos próprios serviços assistencialistas.

Apesar de Rui reconhecer o trabalho realizado pela assistência – sem a qual tem consciência de que seria mais difícil alimentar-se –, não deixa de criticar o que julga estar mal. Em várias situações, Rui disse a elementos das equipas de rua que a comida que estes levam a quem vive na rua é insuficiente em quantidade e qualidade para que um adulto possa sobreviver.

As discussões decorrentes dessas críticas são frequentes, com os elementos das equipas de rua a sentirem que Rui é “pobre e mal agradecido” (como lhe disseram directamente mais de uma vez). Algumas discussões mais violentas levaram a que algumas das equipas de rua deixassem de se deslocar ao seu local de pernoita. Em geral, a interacção com a assistência leva a que Rui sinta que não é tratado com respeito, fazendo com que reivindique, ainda mais veementemente, a dignidade a que sente ter direito. Para o fazer, tem de protestar contra o comportamento e a acção institucional de indivíduos que controlam de forma directa a distribuição da ajuda de emergência, o que leva a que Rui se sinta prejudicado por essas instituições.

Lyon-Callo (2008) e Gowan (2010) defendem que a assistência, ao interagir com os indivíduos sem-abrigo, lhes nega a capacidade e o direito de reivindicação. Frente à crítica, o diferencial de poder entre indivíduos sem-abrigo e técnicos torna-se inegável. Normalmente, Rui dirige-se aos técnicos «assistencialistas» pelo nome próprio. Aquando de um dos conflitos ocorridos, um desses profissionais, ao sentir o seu trabalho criticado por Rui, exigiu que este se lhe dirigisse por “doutor”. Ao deparar-se com aquilo que é lido como um ataque ao desempenho das suas funções, esse profissional assistencialista decidiu apoiar-se num elemento de distinção social discursivo que fazia o poder pender a seu favor na discussão. O efeito simétrico desse acto é a negação da legitimidade de Rui em contestar o que julga estar mal. Caso Rui tivesse aceite a situação tal como ela se lhe apresentava, vindo como um dado incontestável a forma como o circuito assistencialista se organiza e demonstrando-se grato pelo serviço que lhe estava a ser prestado, teria sido criada uma situação de falsa igualdade entre si e o profissional da equipa de rua. Contudo, essa eliminação discursiva do diferencial de poder entre esses sujeitos não os tornaria em seres humanos com iguais direitos, mas, antes, obscureceria a possibilidade – sempre presente – do lado com maior poder negar por inteiro o poder do lado socialmente desqualificado – e de o negar a um ponto em que se deslegitima a capacidade de acção de quem vive na rua que, ao ser reenviada para a sua posição social desprivilegiada (de onde, em verdade, nunca sai), é encarada como apenas detendo uma opção de comportamento: o agradecimento submisso de quaisquer migalhas que caíam da mesa da sociedade domiciliada.



## A biblioteca

Rui desloca-se várias vezes por semana a uma biblioteca pública. Vai lá com assiduidade desde a sua chegada à rua. A frequência com que é possível aí encontrá-lo indica uma rotina na vida na rua. Se, como Rui me disse uma vez, a vida na rua “é um marasmo”, a rotinização do espaço e do tempo permitem-lhe normalizar uma vida passada na rua: através dela, Rui estabelece horários e dá um sentido às suas movimentações pela cidade. Vários autores falam da importância da estandardização dos horários e dos espaços para quem vive na rua. Esta permite a manutenção do *self* na medida em que, através dessas rotinas, os indivíduos sem-abrigo provam a si mesmos que ainda são capazes de controlar (minimamente) o ambiente em que vivem e, através desse mínimo de controlo, podem organizar a sua sobrevivência diária (SNOW; ANDERSON, 1993; GIROLA, 1996; PICHON, 1996, 2002; GOWAN, 2010). Os movimentos quotidianos dos indivíduos sem-abrigo podem ser forçados por constrangimentos estruturais (*e.g.*, locais públicos com horários de encerramento que obrigam quem os frequenta a ir para outro lado), mas isto não é tudo o que eles são: na decisão dos locais frequentados, há acção e reflexão individual, há escolhas que são feitas, há objectivos específicos (GIROLA, 1996; CLÉMENT; DRULHE; MANTOVANI, 2004). A biblioteca apresenta-se com um destino ao qual Rui pode chegar ao mesmo tempo em que se vê privado de uma casa ou de um emprego que possam desempenhar essa função de estandardização do espaço-tempo diário. Na biblioteca, lê livros que lhe despertam atenção. Lê também jornais, dado que considera ser importante estar informado sobre o mundo, mas também para poder procurar emprego nas secções de classificados. A biblioteca tem uma sala própria para o visionamento de materiais audiovisuais, o que é importante para si dado que, como me disse, se considera um “cinéfilo”.

Bauman (1998, p. 106-120) afirma que a liberdade e a capacidade de escolha associadas ao movimento funcionam como um dos principais factores de hierarquização social da modernidade líquida. Segundo o autor, actualmente, todos estamos em movimento perpétuo durante as nossas vidas, e a forma como este é realizado é fundamental para definir a posição que ocupamos na sociedade. Os constrangimentos ao movimento são desqualificados e, por um processo de reificação, tornam-se num atributo que desqualifica o próprio sujeito que os experiencia. Representar os indivíduos sem-abrigo como sujeitos sem controlo sobre as suas movimentações diárias contribui para os desvalorizar estatutariamente. Contudo, como o caso de

Rui nos permite observar, a realidade é bastante mais complexa do que o simples binómio movimento livre/condicionado. Rui move-se para ir aonde deseja, quando deseja. Os locais e os horários que o orientam podem ser estandardizados, e isso é factor de desqualificação, visto que se contrapõe a uma diversidade de espaços e de tempos que não está presente na vida de Rui. Aos olhos da sociedade domiciliada, essa estandardização indica constrangimentos ao nível da possibilidade de escolha e da liberdade de acção. Contudo, no seu caso, essa rotinização do espaço-tempo é um modo de provar a si mesmo que possui uma certa medida de capacidade de acção e que controla a sua vida. Há constrangimentos vários e Rui tem consciência clara deles. Porém, dentro deles, vai para *onde* quer, *quando* quer. Sobretudo, vai para onde lhe é possível realizar certas actividades de que gosta (ver um filme, ler um livro ou um jornal) e, nesses locais, desenvolve relações com os indivíduos que aí encontra.

A interacção com os funcionários da biblioteca e outros frequentadores assíduos indica que as idas a essa instituição desempenham outra função para além da leitura ou do visionamento de filmes: uma função socializadora; é nesse espaço que Rui encontra grande parte dos indivíduos domiciliados com que se relaciona. A biblioteca é também um dos espaços em que convive com alguns outros indivíduos sem-abrigo. É também aí que Rui marca encontros com indivíduos domiciliados não relacionados com a assistência para poderem falar fora do seu espaço de pernoita na rua. Uma conversa no local de pernoita tem a desqualificação espacial desse lugar como pano de fundo, o que torna bem visível a situação de Rui enquanto «sem-abrigo». A biblioteca é um espaço público onde Rui pode procurar diminuir a estigmatização. Os funcionários da biblioteca e os seus frequentadores assíduos sabem que Rui vive na rua, como o sabem os indivíduos domiciliados com os quais aí marca encontros pontuais. Contudo, é importante para si afastar-se do local de pernoita na presença de quem não vive na rua. Falar com alguém nesse lugar leva a que Rui não consiga esquecer-se nem por um instante da sua situação de vida actual; ao conversar fora desse espaço, procura diminuir a distância social que o separa dos eventuais interlocutores, colocando-o num lugar de inferioridade – que a biblioteca não elimina, mas pode atenuar um pouco. A desvalorização estatutária permanece, mas o espaço influencia-a.

Com o passar do tempo, os funcionários da biblioteca habituaram-se à presença de Rui, mas os conflitos não deixam de ser frequentes. Por várias vezes, Rui discutiu com funcionários, chegando mesmo a escrever reclamações em algumas dessas discussões. Em todos esses conflitos, Rui sente que o

trataram pior do que tratariam um indivíduo domiciliado. Quando começou a frequentar a biblioteca, Rui considera que era recorrentemente ignorado; passavam-lhe à frente nas filas, e os funcionários não o atendiam. A falta de respeito (SENNETT, 2004) parece verificar-se também nas relações que Rui desenvolve nessa instituição. A indignação que um tal modo de tratamento lhe causa é grande: ao ser ignorado, sente-se «desumanizado»; quando discutem, sente de forma directa toda a estigmatização e desqualificação social que o facto de viver na rua acarretam. A experiência desses acontecimentos conflituais leva Rui a protestar contra as injustiças que sente na pele. Mas leva também a alterações no seu comportamento. De uma das vezes em que nos encontramos neste local, ambos queríamos usar a casa de banho ao mesmo tempo. Rui insistiu que não o fizéssemos. De início, não entendi o motivo, nem Rui me deu uma razão para tal. Esperei por uma resposta enquanto Rui ia primeiro à casa de banho. Quando saiu, contou-me que eram frequentes na biblioteca problemas com indivíduos toxicodependentes que frequentavam uma instituição próxima que lhes presta apoio. Havia, por vezes, furtos cometidos por esses indivíduos, mas também consumo de droga na casa de banho. Apesar de Rui não consumir drogas duras, o conhecimento de que vive na rua provoca nos funcionários da biblioteca um efeito de associação desses dois fenómenos. Alguns indivíduos toxicodependentes consumiram drogas na casa de banho da instituição; *alguns* deles são «sem-abrigo»; então, *todos* os indivíduos sem-abrigo que entrem na casa de banho da instituição são representados como passíveis de ser toxicodependentes. O medo por parte dos funcionários de que alguém use esse espaço para consumir ou traficar droga levou-os a perseguir certos indivíduos quando estes se deslocavam em grupo à casa de banho para verem o que iam fazer. Rui, «sem-abrigo», foi vítima dessas perseguições (injustificadas). A discriminação no comportamento institucional é grande, levando a que só sejam vítimas de suspeitas indivíduos pobres e com um estatuto negativamente valorizado. Pessoas que os funcionários da biblioteca sejam incapazes de rotular de modo semelhante não são vistas como «alguém a controlar». Todavia, uma excepção a essa regra tácita existe, e eu encontrei-me nela: o caso de indivíduos domiciliados que se comportam de modo interpretado pelos funcionários como estranho pelo simples facto de serem vistos a falar várias vezes e durante muito tempo com alguém «rotulado». Lankenau (1999, p. 290-291) afirma que os indivíduos que mendigam sentem o seu estatuto elevado publicamente graças à sua interacção frequente com os mesmos indivíduos que lhes dão esmola – devido à interacção recorrente consubstanciada no acto

da dádiva ou em conversas passageiras. Para o autor, essas relações regulares “temporariamente transformam o mendigo de pária em pessoa” (*id., ibid.*, p. 290) na medida em que tais “associações com pessoas de status mais elevado tendem a avançar o status, dado que tais relações ou laços desempenham uma função legitimadora para a pessoa de status mais baixo” (*id., ibid.*, p. 291). Tal argumento pode ser transponível para o caso dos indivíduos sem-abrigo, *i.e.*, é possível que também esses sujeitos vejam o seu estatuto social elevado graças à interacção frequente e em público com os mesmos indivíduos domiciliados de estatuto substancialmente mais elevado do que o seu (sem que isto, todavia, elimine a sensação de desvalorização estatutária comparativa aos olhos do próprio indivíduo sem-abrigo: se este pode sentir que ganha uma posição social legítima ao interagir de forma regular com os mesmos sujeitos domiciliados de estatuto mais elevado – é «humanizado» por via dessa interacção –, o seu estatuto permanece sempre mais baixo do que o do seu interlocutor e é precisamente a sua relação com ele que realça a desvalorização estatutária do rótulo de «sem-abrigo»). Contudo, como o caso descrito nos mostra, o efeito inverso é também possível: ao interagir frequentemente com indivíduos cujo rótulo de «sem-abrigo» é conhecido, e, sobretudo, ao estabelecer com eles uma relação de difícil leitura para quem a olhe de fora (como é o caso de uma relação de investigação), um sujeito domiciliado pode ser vítima de uma desvalorização estatutária aos olhos dos observadores da interacção. A «osmose estatutária interaccional» que pode elevar em público o sujeito de estatuto mais baixo é passível de desempenhar também um efeito negativo simétrico sobre o indivíduo de estatuto mais elevado.

O comportamento de Rui, contudo, não é apenas alterado por via desses cuidados que é forçado a ter na sua apresentação pública. A forma como os funcionários da biblioteca lidam com ele é também propiciadora de comportamentos reivindicativos de dignidade e de direitos por parte de Rui. Por várias vezes, escreveu reclamações oficiais quando se sentiu tratado injustamente. Os problemas particulares que as motivaram podem ter sido legítimos, mas permitem-nos também observar que Rui, na sua interacção com os funcionários dessa instituição, sente o seu estatuto negativamente valorizado e estigmatizado muito presente. Parte da indignação que Rui sente é fruto disso e não só do facto de ser mal-tratado *de per se*. Ao apresentar uma reclamação oficial, Rui está a protestar não só sobre um problema particular, mas também a tecer uma crítica veemente à injustiça geral da sua vida na rua, reivindicando dignidade e humanidade. Está a afirmar publicamente que é

um ser humano com capacidade de acção sobre o mundo. Desta forma, o comportamento de Rui é também um modo de este se afastar parcialmente do rótulo de «sem-abrigo» e da desqualificação social a ele associada. Rui não nega a sua vida na rua, mas indigna-se perante o facto de este seu atributo excluir todas as suas outras características identitárias. Rui reclama contra factos específicos, considerados em si mesmos injustos. Contudo, reclama também nesses actos contra três anos de vida na rua sem vislumbrar uma saída. Pedir o livro de reclamações é reivindicar que alguém, em alguma coisa, lhe dê razão; é uma procura de uma afirmação pública de terceiros da justeza da sua postura que lhe permita observar a sua situação de vida na rua como algo injusto. Essas acções de Rui dão razão a Feldman (2006) quando este afirma que o fenómeno dos sem-abrigo é problemático não só ao nível da escassez de recursos materiais mas também numa dimensão de reconhecimento. Para o autor, “o reconhecimento é importante para as pessoas sem-abrigo e (...) as injustiças do fenómeno dos sem-abrigo são trivalentes: para além da má distribuição, os sem-abrigo enfrentam uma negação de reconhecimento e exclusão política” (*id., ibid.*, p. 25).

Essa injustiça sentida por Rui decorre, em grande medida, da sua consciência de que o rótulo de «sem-abrigo» o acompanha onde quer que ele esteja, sobretudo nos locais em que o conhecem. Ele não só sente com intensidade a estigmatização a que é sujeito nesses espaços como, para mais, tem a sensação de que essa estigmatização o acompanhará mesmo se conseguir sair da rua. Rui considera que, nos locais que durante tanto tempo frequentou como «sem-abrigo», vai estar sempre rotulado, mesmo que saia da rua.

Todavia, nem a consciência da estigmatização nem os conflitos levam a que Rui deixe de frequentar a biblioteca, espaço de lazer e de obtenção de informação sobre o mundo, conhecimento esse em que apoia o discurso crítico sobre a situação actual do país. Tal como os actos de reivindicação expressos pela redacção de uma reclamação oficial, a obtenção de informação sobre o mundo é uma forma de manter um – ainda que ténue – laço de cidadania. As várias reclamações oficiais que escreveu (na biblioteca mas não só) desde que chegou à rua são uma forma de intervenção cívica. Estar informado sobre o que acontece é uma recusa da redução da sua vida quotidiana à rua em que ela decorre. O facto de Rui receber o RSI é uma forma particular de ligação ao Estado. Por via dessa transferência, mantém uma relação com o mundo político e social nacional. Todavia, essa é insuficiente para que seja considerado um cidadão de pleno direito. Protestar perante uma injustiça

sentida ou ler jornais para saber o que ocorre e ser capaz de o discutir são modos de afirmar que deseja um laço de cidadania estável. Tal como com outros tipos de laços, o de cidadania é elusivo e encontra-se enfraquecido, mas isto não o torna menos importante ou menos desejado.

## Conclusão

O laço de cidadania reconfigura-se por completo com a vida na rua, levando a que a protecção e o reconhecimento que teoricamente este fornece se reduzam de um modo drástico. Essa forma particular que a cidadania assume na rua não torna o laço menos relevante: ele permanece fundamental precisamente pela forma específica que assume na rua, que desvaloriza quem nela vive. No plano oficial, esse laço passa a existir somente através da ligação com os serviços de assistência, uma relação que desqualifica os sujeitos assistidos (PAUGAM, 1991, 2003; LYON-CALLO, 2008; GOWAN, 2010). A protecção que o laço garante é nula ou muito reduzida, traduzida numa acção assistencialista de emergência. Mas também a identificação enquanto cidadão e ser humano é relegada para segundo plano perante a negação de reconhecimento como «sem-abrigo». Na sua relação com os serviços «assistencialistas» ou com os funcionários da biblioteca, Rui sente com indignação e revolta essa inferiorização, mais ainda do que a ausência de apoio do laço. Os seus actos frequentes de reclamação e protesto são precisamente uma forma de dar conta da injustiça com que sente essa falta desumanização e negação de direitos. A consciência do tipo particular de laço de cidadania que conhece enquanto «sem-abrigo assistido» leva Rui a desejar um laço mais estável e que não o desqualifique. A leitura de jornais para estar informado ou o protesto quando se sente maltratado são indicadores desse desejo. Aquilo contra que Rui protesta é, sobretudo, a transformação do rótulo de «sem-abrigo» em *master status*<sup>5</sup>. Ou seja, reclama contra a caracterização de quem vive na rua através de um único atributo, que desvaloriza e estigmatiza. Becker afirma que “alguns status, na nossa

---

<sup>5</sup> Sobre o conceito de *master status*, cf. Hughes (1945). Ver também Becker (1973, p. 33 *et seq.*). A ideia de que o rótulo de «sem-abrigo» funciona como *master status* é defendida por Gowan (2010) e Lyon-Callo (2008).

sociedade como em outras, anulam todos os outros status e têm uma certa prioridade” (1973, p. 33). A quem carrega consigo um tal *master status*, nenhuma outra fonte de criação de identidade é reconhecida, sobrepondo-se o rótulo de «sem-abrigo» a todos os rótulos alternativos, pelo menos, a todos os que seriam passíveis de elevar estatutariamente quem vive na rua. Rui sabe como ninguém onde vive, mas recusa ser identificado apenas por esse facto. Mais do que qualquer outra coisa, tem consciência clara de que “o que há de mais terrível na pobreza é o facto de nela haverem seres humanos que, na sua posição social, são pobres e nada mais que pobres” (SIMMEL, 2008, p. 101). Rui é «sem-abrigo», mas «sem-abrigo» não é tudo o que é.

## Referências

- ALDEIA, João.  
(2011). *A Barraca do Rui*. Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- ANDERSON, Nels.  
(1965). *The Hobo. The Sociology of the Homeless Man*. Chicago e London: University of Chicago Press [ed. orig.: 1923].
- ANDERSON, Nels; RAUTY, Raffaele (Orgs.).  
(1998). *On Hobos and Homelessness*. Chicago e London: University of Chicago Press.
- BAUMAN, Zygmunt.  
(1998). *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar [ed. orig.: 1997].
- BECKER, Howard.  
(1973). *Outsiders*. Studies in the Sociology of Deviance. New York e London: Free Press e Collier Macmillan Publishers [ed. orig.: 1963].
- BROUSSE, Cécile; FIRDION, Jean-Marie; MARPSAT, Maryse.  
(2008). *Les sans-domicile*. Paris: La Découverte.
- CASTEL, Robert.  
(2009). *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Gallimard [ed. orig.: 1995].
- CASTEL, Robert.  
(1996). Les marginaux dans l’histoire. In: Serge Paugam (Org.); *L’exclusion, l’état des savoirs*. Paris: éditions La Découverte. p. 32-41.
- CLÉMENT, Serge ; DRULHE, Marcel; MANTOVANI, Jean.  
(2004). Quand les sans-logis habitent ensemble. Modes de résidence et formes de lien social. *Espaces et sociétés*, v. 116-117, n. 1-2, p. 175-188.
- DAMON, Julien.  
(2008). *La question SDF*. Critique d’une action publique. Paris: PUF [ed. orig.: 2002].
- FELDMAN, Leonard.  
(2006). *Citizens Without Shelter*. Homelessness, Democracy, and Political Exclusion. Ithaca e London: Cornell University Press [ed. orig.: 2004].
- GIROLA, Claudia.  
(1996). Rencontrer des personnes sans abri. Une anthropologie réflexive. *Politix*, v. 34, n. 9, p. 87-98.

- GOWAN, Teresa.  
(2010) *Hobos, Hustlers, and Backsliders. Homeless in San Francisco*. Minneapolis e London: University of Minnesota Press.
- HUGHES, Everett.  
(1945). Dilemmas and Contradictions of Status. *American Journal of Sociology*, v. 50, n. 5, p. 353-359.
- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL.  
(2009). *Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-abrigo*. Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015. Disponível em: <[http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa\\_2009\\_2015](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015)>. Acesso em 6 de maio de 2014.
- LANKENAU, Stephen.  
(1999). Stronger than Dirt. Public Humiliation and Status Enhancement among Panhandlers. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 28, n. 3, p. 288-318.
- LONDON, Jack.  
(2002). *O Povo do Abismo*. Lisboa: Antígona [ed. orig. 1903].
- LYON-CALLO, Vincent.  
(2008). *Inequality, Poverty, and Neoliberal Governance. Activist Ethnography in the Homeless Sheltering Industry*. Toronto: University of Toronto Press [ed. orig. 2004].
- MUCCHIELLI, Laurent.  
(1998). Clochards et sans-abri: actualité de l'oeuvre d' Alexandre Vexliard. *Revue française de sociologie*, v. 39, n. 1, p. 105-138.
- ORWELL, George.  
(2003). *Na penúria em Paris e em Londres*. Lisboa: Antígona [ed. orig. 1933].
- PAIS, José Machado.  
(2003). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar [ed. orig. 2001].
- PAUGAM, Serge.  
(2010). *Le lien social*. Paris: PUF [ed. orig. 2008].
- PAUGAM, Serge.  
(2003). *A Desqualificação Social*. Ensaio sobre a nova pobreza. Porto: Porto Editora [ed. orig. 1991].
- PAUGAM, Serge.  
(1991). Les statuts de la pauvreté assistée. *Revue Française de Sociologie*, v. 32, n. 1, p. 75-101.
- PICHON, Pascale.  
(2002). Vivre sans domicile fixe. L'épreuve de l'habitat précaire. *Communications*, v. 73, p. 11-29.
- PICHON, Pascale.  
(1996). Survivre la nuit et le jour. La préservation de soi face au circuit d'assistance. *Politix*, v. 34, n. 9, p. 164-179.
- SENNETT, Richard.  
(2004). *Respect in a World of Inequality*. New York e London: W. W. Norton & Company [ed. orig. 2003].
- SIMMEL, Georg.  
(2008). *Les pauvres*. Paris: PUF [ed. orig. 1907].
- SNOW, David; ANDERSON, Leon.  
(1993). *Down on Their Luck*. A Study of Homeless Street people. Berkeley: University of California Press.
- THELEN, Lionel.  
(2006). *L'exil de soi*. Sans-abri d'ici et d'ailleurs. Bruxelles: Facultés universitaires Saint-Louis.
- VEXLIARD, Alexandre.  
(1997). *Introduction à la sociologie du vagabondage*. Paris: L'Harmattan [ed. orig. 1956].

**Recebido em**

maio de 2014

**Aprovado em**

novembro de 2014